

“Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul¹

Igor Gastal Grill²

“Heranças políticas” edificam-se e/ou são edificadas no trabalho coletivo operado – sem necessariamente planejamentos, racionalizações e controles dos resultados – por agentes envolvidos em múltiplas redes de relações sociais (tecidas nas mais diversas bases de pertencimentos e interesses) e de princípios de classificação (e divisão) fundados em variados sentidos compartilhados, atribuídos e disputados. Assim, para delinear universos de pesquisa voltados à investigação de configurações de luta e de estratégias de reprodução política a partir dessas dimensões de análise, é preciso abranger a intersecção de, no mínimo, dois tipos de vínculos, em dupla via, entre “família” e “política”: os laços de parentesco (por consanguinidade ou por aliança) e investimentos em cultivá-los; e as ligações políticas (assimétricas e simétricas) enunciadas através de termos e vocabulários próprios do domínio familiar (PATRIAT, 1992; ABÉLÈS, 1992), configurando o que se entende por “linhagens”, “genealogias” e “dinastias” simbólicas. Essas foram as matrizes exploradas em estudo sobre elos de parentescos entre políticos, os condicionantes da formação de cadeias de líderes-seguidores e as lógicas das identificações partidárias no Rio Grande do Sul (RS) (GRILL, 2003 e 2008). As considerações que seguem se reportam a esse estudo, mas têm igualmente a pretensão de contribuir no debate mais geral sobre os encaminhamentos analíticos mais eficazes à apreensão de objetos de pesquisa deste tipo.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que na investigação das “heranças políticas” em uma configuração regional específica, procurei, por um lado, examinar os mecanismos de reprodução social (conquista, administração e transmissão de recursos de poder) de “famílias” com um número significativo de membros atuantes em domínios políticos, sobretudo ocupando cargos eletivos, bem como seus alinhamentos partidários. E, por outro lado, esboçar as teias de alianças entre protagonistas do jogo

¹ Conferência proferida na Mesa Redonda II – Família e classes sociais, realizada dia 18 de maio de 2017 no VIII Seminário Nacional de Sociologia e Política realizado em Curitiba na UFPR.

² Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC).

político cujo (auto) reconhecimento estaria diretamente relacionado ao pertencimento a “linhagens políticas”, particularmente estiveram (ou estão) associados à construção da crença na existência de uma “genealogia trabalhista”. Desse modo, laços e inscrições familiares, políticos e partidários são considerados como domínios³ complementares, imbricados e interdependentes.

Nesta trilha, em segundo lugar, sublinho o empenho no sentido de perceber os condicionantes de fabricação de “genealogias” (familiares, políticas, simbólicas) e as modalidades de reconversão e apropriação desse recurso social por protagonistas das batalhas políticas nas últimas décadas. Por conseguinte, foram observadas as lógicas que investem um agente como autorizado a disputar, conquistar e ocupar posições de poder político em virtude de representar “tradições políticas” que interligam, por elos de sucessão e associação (verticais e horizontais), personagens de lutas eleitorais. Do mesmo modo, procurei apreender como as apropriações e as estratégias de apresentação de tais laços são reveladores de princípios de classificação e legitimação mais gerais – evidenciando as próprias concepções de sociedade e de política em pauta em determinadas condições históricas e sociais –, bem como se afirmam como trunfos eleitoralmente eficazes (CORADINI, 2001, p.11).

Desta forma, o olhar foi direcionado às bases sociais, aos esforços por legitimar tais recursos como trunfos eleitorais e às representações e práticas mobilizadas pelos agentes analisados, relacionando-os à dinâmica social e política do Rio Grande do Sul. E isso significou abordar a pluralidade e multidimensionalidade de significados e de atributos (detidos, rivalizados, consagrados, desqualificados, etc.), que compõem o universo de possibilidades de afirmação, expressão e usos por parte dos agentes, e se traduzem em formas de inscrição na história; de reconversões de recursos econômicos, culturais e políticos; de maximização de relações sociais; e de filiações a facções, a redes políticas e a partidos.

Na operacionalização da pesquisa, num primeiro momento, busquei a identificação dos vínculos de parentesco entre candidatos a deputado estadual e federal, que atuaram no período de 1982 a 2002. Com este mapeamento, foi iniciada a exploração dos perfis das “famílias de políticos” presentes em competições eleitorais no RS. Seguindo nesta direção, foi possível perceber como a reconversão desses laços em recursos e trunfos políticos é dependente e se ajusta a outros investimentos operados pelos agentes e a distintas lógicas de hierarquização social. E permitiu caracterizar a interface entre a afirmação política de agentes advindos de segmentos sociais díspares (descendentes de “famílias tradicionais”, de “imigrantes” e com “origem humilde”) e a transmissão do patrimônio político no interior de redes de parentesco.

³ Sobre a potencialidade de pensar a partir da ideia de domínios, ver Reis e Grill (2016).

Sendo assim, a variedade de momentos de ingresso dessas “famílias” na política, a diversidade de recursos e trunfos acionados e as estratégias agilizadas ao longo das gerações para se perpetuarem na arena eletiva – assim como a maior ou menor durabilidade e persistência das mesmas de acordo com a origem social, os padrões de carreira e os mecanismos de adesão –, possibilitaram tanto a compreensão das lógicas de sucessão familiar quanto os atributos valorizados e mobilizados na competição eleitoral em diferentes configurações históricas. Fez parte do material empírico coletado, a realização de quarenta e seis (46) entrevistas em profundidade com membros de “famílias de políticos”, e também a análise de memórias, biografias, matérias veiculadas na imprensa e materiais de campanha dos ocupantes de cargos eletivos.

Adicionado a isso, uma série de recorrências que verifiquei apontou à relevância de enfocar, num segundo momento, os agentes postulantes de uma associação/identificação com a “genealogia trabalhista”, seu emprego na luta política e a emergência de processos de sucessão no seu interior, no RS. Em especial, esta escolha pode ser justificada em virtude do *corpus* de narrativas e do conjunto de agentes pertencentes a diversas siglas e dedicados à sua produção, que formam um rico material empírico em quantidade de fontes (biografias, memórias, livros, panfletos, homenagens públicas, utilização em propagandas eleitorais, etc.). Além disso, os vínculos políticos que estruturam a construção de “herdeiros políticos” do “trabalhismo” abrangem um período histórico que se estende desde a afirmação política de Getúlio Vargas no início do século XX (descendente de estancieiros e militares), passando pela ascensão de Alberto Pasqualini a partir da década de trinta (descendente de imigrantes italianos), seguida pela fixação de uma série de lideranças e “famílias de políticos” (com perfis sociais diversificados) e chegando aos agentes engajados em pleitos e disputas recentes (vinculados por laços de parentesco e por fidelidades pessoais aos ascendentes que militaram em períodos anteriores).

Nesse percurso histórico, redes de lealdades sedimentadas por bases sociais de interconexão se sucederam e permitiram a absorção de novas “famílias de políticos” e lideranças, bem como se expressaram e se renovaram em diferentes legendas existentes no Rio Grande do Sul. Finalmente, foi possível perceber, sob suas classificações mais genéricas e ideológicas, cadeias de líderes-seguidores⁴, que interligam diversos níveis de disputa política e, inclusive, diversas “famílias de políticos”.

O material reunido para o exame da construção e valorização do “legado trabalhista” contou com 23 entrevistas em profundidade, realizadas com ocupantes de cargos eletivos, que reivindicam o pertencimento à “tradição política”, assim como com textos (artigos, livros, panfletos, etc.) voltados a

⁴ Utilizo essa noção inspirado em Carl Landé (1977) que a concebe com um tipo de teia egocentrada e segmentada, que adquire capilaridade na vida social e influência em jogos de poder por meio de alianças diádicas verticais, configurando cadeias de líderes-seguidores (que podem ser sublíderes e terem seus próprios seguidores).

reconstituir a “história do trabalhismo”, biografias escritas sobre os principais personagens ou ícones desta “corrente política” e outros materiais, que coletei em periódicos, acerca dos eventos de homenagens aos líderes trabalhistas.

É claro que duas formas, acima descritas, de apreender o universo de relações em pauta se complementam, uma vez que as “sucessões familiares” ocorrem sob alinhamentos políticos e partidários que vão possibilitando rearranjos nas clivagens e nas redes de fidelidades. E a “genealogia trabalhista” comporta processos de transmissão familiar e de articulação entre “famílias de políticos” e redes que perpassam diferentes siglas e momentos históricos. Acrescento ainda o fato de que o tratamento dos vínculos de parentesco tornou possível a reconstituição dos processos de afirmação e reprodução de “famílias” na política que se iniciam em diferentes “fases” da “história política” do Rio Grande do Sul e que são marcadas por dinâmicas sociais, partidárias e políticas distintas. Assim como, percorrendo as “transmissões políticas” operadas e afirmadas entre as lideranças da “tradição trabalhista”, foi possível investigar o ingresso em cena de diferentes agentes, recursos e segmentos sociais, que se notabilizaram em funções políticas, e promoveram a transmissão da crença em um “legado” e a valorização ou a redefinição dos seus conteúdos.

A abordagem e os procedimentos de pesquisa adotados permitiram, então, conceber as “heranças políticas” como recurso de ingresso, como elemento presente na invenção histórica da política, como gestão de habilidades herdadas e como absorção de métodos novos compatíveis com as redefinições das formas de fazer política. Quer dizer, orientaram no cotejamento de distintas predisposições social e historicamente constituídas, propriedades de origens e modos de estreia de indivíduos e “famílias”, portanto de formas de *entradas na política*, e mecanismos de adaptação entre as características daqueles que debutam no jogo político e os condicionantes estruturais de exercício do *métier* e da profissão política (OFFERLÉ, 1996, p.3). Logo, convergiram com a possibilidade de compreender como os processos de construção, competição e manipulação das “heranças” e “genealogias” abarcam (ou explicitam) dinâmicas de criação e recriação, pela concorrência (entre ingressantes e deles com seus predecessores), das regras e dos papéis próprios ao espaço político (PHELIPPEAU, 2002).

Todos os expedientes de pesquisa utilizados não seriam profícuos sem a ruptura com um poderoso obstáculo que se interpõe aos pesquisadores que se debruçam sobre o tema das “heranças políticas”: a

tendência reificante de considerar as diferentes “famílias de políticos” (simbolizadas por “nomes de famílias”, por exemplo, “os Jobim”, “os Fetter”, “os Branco”...) e as “famílias políticas” (sintetizadas em “ismos”, como “trabalhismo”) privilegiando fatores de continuidade, de unidade, de coesão, de fusão e de orquestração, em detrimento dos processos de aproximações/distanciamentos e dos sistemas de relações que configuram fissões, divisões, disputas, enfim, conflitos pela definição das fronteiras (ELIAS, 1990; BOURDIEU, 1994). Duas orientações foram fundamentais para suplantar esse obstáculo.

Seguindo as proposições de Lacroix (1985, p.515), um dos maiores esforços reflexivos foi no sentido de distanciamento com relação aos enfoques que concebem as “tradições políticas” como realizações observáveis *ex post*, a partir das categorias ou dos discursos que as definiram, e de aproximação com uma postura mediante a qual são examinadas *ex ante* e no processo que adquiriram seu “estatuto de realidade”. Ou seja, apliquei uma pesquisa regressiva para, na sequência, efetivar uma “reconstituição progressiva”. Para tanto, foram sistematizadas as informações sobre origens sociais, itinerários e inserções sociais dos agentes que procuraram se inscrever nas histórias das “famílias de políticos” e do trabalhismo no Rio Grande do Sul.

Outro aspecto significativo, que deve ser grifado, diz respeito à pertinência de se atentar ao trabalho de fabricação de “tradições políticas”, com seus mecanismos de demarcação, lutas e constrangimentos. Destaco, nomeadamente, as proposições de Muxel-Douaire (1987, p.74) para apreender tais processos. Segundo a autora, cumpre identificar: a(s) referência(s) mítica(s) ou o papel do personagem fundador, a intermediação da memória nas gerações seguintes ou dos “intermediários encarregados da transmissão da tradição” e a adesão à evidência bem fundamentada explicitada pelo reconhecimento do “passado comum”. Com base nessas coordenadas, examinei as estratégias de apresentação dos ascendentes no interior das “famílias de políticos” e da “genealogia simbólica”, dos “fundadores” das “tradições políticas”, das características auto-atribuídas e que conferem identidade e unidade às mesmas. Afora isso, procurei localizar as categorias utilizadas para a construção de auto-imagens de alguns agentes e visando a inscrição na história coletiva dos grupos (familiares e políticos), conjugando a isso a mobilização de trunfos pessoais (escolarização, ocupação, inserção, etc.) e o afincô no intuito de demonstrar a continuidade com as gerações precedentes.

O cotejo de informações sobre origens sociais, trajetos individuais e símbolos de identificação/distinção oportunizou identificar padrões de recrutamento de “élites políticas” e de constituição de patrimônios políticos disputados no Rio Grande do Sul. Para a análise dos dados e colaborando na identificação dos padrões, examinei as posições sociais de origem das “famílias” no período precedente ao ingresso do primeiro político nas disputas eleitorais. Isso significou localizar as atividades

desempenhadas pelos ascendentes (principalmente os pais) do primeiro político, situando também o período (década) em que ele estreou nas competições eletivas. Somando a isso, correlacionei informações sobre: ocupação; grau de escolarização; títulos escolares conquistados e instituições de ensino pelas quais passaram; cargos e idade de ingresso na carreira de postos públicos e eletivos; número de candidaturas; tempo de carreira em cargos eletivos e administrativos; todas para o conjunto dos políticos pertencentes às “famílias” investigadas. E ainda considerei, como dimensão imprescindível de análise, as concepções acerca da política e aos trunfos disponíveis à consagração da família e dos antepassados.

Ao longo do estudo, tanto no tratamento das “famílias de políticos” (que revelou os itinerários de deslocamento no espaço social e político, os recursos em jogo para a afirmação política e os alinhamentos estabelecidos) como no exame da “genealogia trabalhista” (que revelou a articulação entre agentes e “famílias” na construção de uma ordem genealógica política e simbólica), foi possível desenhar um quadro histórico semelhante de rivalidades, alianças e substituição de políticos dotados de características distintas. E, da mesma forma, em ambos os momentos de análise, detectei correspondências relativamente à convivência entre mecanismos de consagração de qualidades e emblemas dos antepassados, de exaltação e heroicização da figura do “fundador” da “família de políticos” ou da “tradição política”, de enunciação dos predicados comuns às diferentes gerações e de tenaz inscrição dos atuais políticos nos códigos e valores fixados pelos ascendentes.

A constatação de tais regularidades, ponderadas em relação a suas distinções mais robustas, assegurou a sistematização de três tipos de conexões entre perfis e estratégias de reprodução familiar como vias de acesso a atividades políticas: um que podemos definir como mais “tradicional”, uma espécie de padrão clássico dos notáveis que se concebem como “vocationados à coisa pública”; o segundo traz a marca da ascensão social do grupo familiar de origem, no qual os investimentos são no sentido de acumular recursos com vistas à afirmação e escalada social e política; e o terceiro explicita a diversificação social, escolar e das “missões” conduzidas pelos agentes que forma um padrão militante de atuação política.

De uma forma breve, podemos caracterizar o primeiro padrão a partir da combinação de alguns traços marcantes. Trata-se majoritariamente de “famílias de políticos” originárias da chamada “metade sul” do estado em questão, com descendência portuguesa e açoriana, estabelecidas socialmente desde o século XIX (ou antes), com ingresso na arena eletiva que data também no século XIX ou início do século XX e cuja posição social de origem, definida pela profissão do pai primeiro político é entre estancieiros, militares e comerciantes urbanos. Nos trajetos escolares os agentes geralmente realizam cursos como direito, medicina e engenharia, sobretudo aqueles abrigados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas

carreiras políticas são marcadas pelo ingresso mediante cargos mais altos na hierarquia política e em idade mais avançada, assim como pela menor profissionalização (mensurada pelo número de candidaturas e tempo de mandatos eletivos). No que tange às estratégias de consagração há a valorização dos códigos do “mundo da estância” como “coragem” e “valentia” e das imagens que mesclam as figuras do proprietário de terras e do miliciano. Comumente exaltam as participações dos antepassados nas lutas de facções políticas e militares que marcaram a história gaúcha. O “fundador” é apresentado como alguém que encarna tais modelos de conduta, com o acréscimo da formação escolar. Os políticos das diversas gerações são caracterizados lançando mão de categorias como “vocação pública”, “espírito público”, “doação”, “erudição”, entre outras.

O segundo padrão, fortemente associado a “famílias” de descendentes de imigrantes, delinea igualmente determinadas recorrências. São “famílias de políticos” com origem geográfica sobretudo na “metade norte” do estado, com forte presença de descendentes de alemães (em maior número), italianos, sírios e libaneses. Elas são caracterizadas pela presença de ascendentes ligados ao comércio em zonas coloniais, estabelecendo o marco, na primeira metade do século XX, para uma ascensão social considerável. Tal ascensão social é a base para o ingresso no espaço de concorrência eleitoral, que ocorre em geral entre os anos 1930 e 1950 do mesmo século. Os investimentos escolares, por sua vez, concentram-se primordialmente em instituições católicas como a PUC de Porto Alegre e em instituições comunitárias situadas no interior do estado, mas reproduzem o padrão anterior de obtenção de determinados títulos (principalmente nas faculdades de direito). Já as carreiras políticas iniciam precocemente, via mandatos locais (em geral vereador ou prefeito) e sinalizam para uma maior profissionalização (maior tempo de carreira, escalada gradual e lenta entre os níveis e número elevado de exposição em pleitos eleitorais). No tocante às modalidades de exaltação da “família” são destacados o “pioneerismo”, “capacidade de trabalho” e o “empreendedorismo” dos antepassados, logo a excepcionalidade e a exemplaridade dos mesmos diante das condições iniciais desfavoráveis típicas da imigração. O “fundador” é celebrado pela capacidade de ter transformado ascensão social em ascensão política. A atuação dos ocupantes de cargos eletivos é descrita com base em categorias como “atendimento”, “trabalho comunitário”, “ligação com a comunidade”, etc.

Por fim, no terceiro padrão, o “militante”, prevalece a presença de políticos cujas “famílias” têm origem, em maior número, na “metade norte”, porém com inserção significativa também na “metade sul”. Os pais dos primeiros políticos na “família” exercem profissões como de pequeno agricultor, bancário, pescador, metalúrgico, etc. Esses últimos estreiam eleitoralmente a partir dos anos sessenta do século XX, via atuação militante no sindicalismo, no cooperativismo, no movimento estudantil, no catolicismo de base, etc. Nesse caso, a ascensão política precede a ascensão social, inclusive em muitos casos promovendo-a. Os

investimentos escolares são efetuados em instituição mais periféricas (com forte presença de instituições privadas da região metropolitana e comunitárias no interior), e buscando títulos mais diversificados (ao lado do direito aparecem outras formações como jornalismo, radialismo, licenciaturas, etc.). As carreiras políticas, por seu turno, se aproximam em muito do segundo itinerário, indicando a consolidação da profissionalização política. No que se refere às formas de enaltecer os antepassados, essas se centram na ênfase na “origem humilde” e “popular”. O “fundador” é ressaltado devido à superação das adversidades originais, aspecto que é explicado pela biografia militante exemplar. Com base nisso, a atuação dos protagonistas políticos das “famílias” é retratada a partir de categorias como “missão”, “obstinação”, “predestinação”, etc.

Quadro 1 – Perfis de família, reconversões e reproduções políticas

Padrões/ Características	“Tradicional”	“Imigrante”	“Militante”
Perfil social dos ascendentes do primeiro político	Elites econômicas, políticas e sociais estabelecidas desde o século XIX (fazendeiros, comerciantes, altos funcionários públicos e militares).	Comerciantes ligados ao processo de imigração que ascenderam e tornaram-se prósperos empresários.	Baixa extração social ou origem humilde (Pequenos agricultores, pescadores, lavradores, metalúrgico, pedreiro etc.).
Período de ingresso do primeiro político na arena eletiva	Antes de 1930.	Entre 1930-1970 (especialmente na redemocratização iniciada em 1945).	Pós-1959 (especialmente nas três últimas décadas).
Formação escolar dos políticos da “família”	Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas (principalmente na capital).	Medicina, Direito e Engenharia, Títulos conquistados em instituições públicas e comunitárias na capital.	Diversificação dos títulos escolares obtidos em instituições públicas, privadas e comunitárias da capital, e públicas, privadas e comunitárias do interior.
Padrão de ingresso na carreira eletiva	Altos cargos eletivos ou administrativos	Cargos eletivos locais	Cargos eletivos locais
Padrão de ingresso na carreira eletiva	Deputação federal.	Vereança e prefeitura.	Vereança.
Estratégias de consagração do grupo familiar	Ênfase na vinculação com o passado mítico de lutas militares e políticas. Referências de síntese: “vocação política” = ideia de possuírem uma “vocação” para a “coisa pública”, pretensamente atestada por atributos naturalizados como: “formação”, “preparo”, “cultura”, “erudição”, “conhecimento”, “poder argumentativo”, “tradição de estudo”.	Ênfase nas condições adversas dos pioneiros imigrantes e no trajeto excepcional ascendente da família. Referências de síntese para justificar a “vocação política” = “vocação” para o “empreendedorismo” e para o “trabalho comunitário”, atestada por atributos naturalizados como: “capacidade de trabalho”, “audácia”, “vivência empresarial”.	Ênfase na “humildade” que marca os “antepassados” do primeiro político e na excepcionalidade do trajeto de afirmação política. Referências de síntese para justificar a “vocação política” = “missão”, “predestinação” e “obstinação”, atestadas pela “superação” via “engajamento” e “capacidade de comunicação com as massas”.

Elaborado a partir de Grill (2008)

Em comum, como já foi indicado, observa-se a heroicização de antepassados e “fundadores” das “famílias de políticos” como “modelos de condutas”, simultaneamente tomados como exemplos e como

exceções, assim como os esforços dos descendentes em se constituírem em continuadores e modernizadores do “legado”. Os “herdeiros” procuram evidenciar a fidelidade aos padrões de comportamento e aos valores, sem deixar de frisar a adaptação aos novos condicionantes de luta política. Além disso, se mostram constrangidos pela composição dos patrimônios políticos familiares, pela rotinização da mediação e pela “imagem” associada à “família”.

A análise da “tradição trabalhista”, além de possibilitar perceber a reprodução no seu interior os perfis de “famílias”, de políticos e de modalidades de legitimação das “heranças”, permitiu clarear esta diversidade social e de critérios de atribuição da “excelência social” entre os ícones da “genealogia simbólica”, assim como apreender a lógica de consagração das referências míticas (os “fundadores”), de transmissão da memória pelos personagens intermediários (os “herdeiros”) e de adesão à crença na continuidade pelos seguidores dos líderes de redes políticas em atividade na política gaúcha.

Centrando neste ponto, o estudo demonstrou como as “raízes” das consagrações genealógicas são buscadas (com variações e composições) no “positivismo” e no “catolicismo”, logo nas lutas políticas e militares que remetem ao final do século XIX e início do século XX e na identificação étnica, religiosa e comunitária. Os dois “fundadores” do antigo PTB ou as suas “referências míticas” (Vargas e Pasqualini) são modelos exemplares e complementares de casos bem sucedidos de duas das vias de acesso ao espaço político e de transmissão do “legado” (os itinerários iniciam, respectivamente, em uma “família tradicional” de estancieiros e o outro em uma “família de imigrantes e comerciantes”).

Na geração seguinte, as disputas colocam em conflito agentes com perfis diversificados. Entre as lideranças que se afirmaram como “herdeiros da tradição”, João Goulart e Leonel Brizola, observa-se a diferenciação quanto à posição social de origem (“tradicional” e “humilde”) e a importância do parentesco “por aliança”. A simbiose destes códigos e a complementaridade entre os papéis dos cunhados tiveram efeitos decisivos para a conquista da “hegemonia interna” e para a perpetuação do “espólio”. Os adversários internos na concorrência pela ativação do “legado” nesta “geração de trabalhistas” (José Diogo Brochado da Rocha, Fernando Ferrari, Sigfried Heuser e Pedro Simon, os dois últimos também são cunhados) refletem igualmente a diversificação social das elites políticas (um deles é descendente de “tradicional família” de político e três deles são descendentes de imigrantes e comerciantes). Ver os perfis no quadro que segue.

Quadro 2: Perfis das principais lideranças do trabalhismo no RS

Nome	Características sociais	Principais cargos ocupados
João Goulart	Filho de estancieiros na fronteira-oeste. As famílias Vargas e Goulart eram ligadas por laços de amizade e alianças econômicas e políticas em São Borja. João Goulart se formou em Direito. Teria recebido das mãos de Getúlio Vargas a Carta Testamento.	Deputado Estadual; Deputado Federal; Secretário de Interior e Justiça; Ministro do Trabalho, Presidente Nacional do PTB; Vice-Presidente e Presidente da República.
Leonel Brizola	Filho de pequeno agricultor e tropeiro em Carazinho (norte do Rio Grande do Sul). Formou-se em engenharia e casou com uma das irmãs de João Goulart (tendo Getúlio Vargas como padrinho do casamento).	Deputado Estadual; Secretário Estadual de Obras Públicas; Deputado Federal; Prefeito de Porto Alegre; Governador do RS; Deputado Federal pelo RJ; duas vezes Governador do RJ e duas vezes candidato a presidência da República pelo PDT. Foi o principal líder dessa agremiação durante os anos 1980 e 1990.
José Diogo Brochado da Rocha	Seu avô era comerciante em Pelotas e o pai (militar) foi intendente de Porto Alegre, deputado estadual e deputado federal (era contemporâneo de Getúlio Vargas no PRR). Três dos seus irmãos foram deputados pelo RS. José Diogo fez carreira militar e se formou em engenharia.	Intendente de Viamão e São Pedro do Sul; Deputado Federal; Deputado Estadual; candidato a Governador pelo PSP em oposição à chapa que tinha Pasqualini como candidato a Governador e João Goulart a Senador.
Fernando Ferrari	Filho de comerciante e descendente de imigrantes italianos que foi prefeito em São Pedro do Sul. Formou-se em economia e fez parte do círculo de relações pessoais de Alberto Pasqualini. Fortemente influenciado pela formação no catolicismo.	Deputado Estadual e Deputado Federal. Disputou com João Goulart a liderança nacional do PTB. Foi candidato à Vice-Presidência da República e ao Governo do RS pela dissidência do PTB, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).
Siegfried Heuser	Proveniente de família de “descendentes de alemães” ligados ao comércio e às atividades empresariais, formou-se em economia.	Deputado Estadual; Deputado Federal; Presidente do PTB e do MDB no RS. Liderava a “linha mais branda” do PTB e era considerado um seguidor ou discípulo de Pasqualini.
Pedro Simon	Filho de imigrantes libaneses que se tornaram prósperos comerciantes. Formou-se em direito, teve forte influência do catolicismo e conviveu na casa dos Pasqualini. Seu cunhado, Sigfried Heuser, foi presidente do PTB e do MDB. Com a cassação do último durante o regime militar, Pedro Simon se tornou a principal liderança do partido que reunia os trabalhistas no estado.	Vereador; Deputado Estadual; Senador; Governador do RS e novamente Senador. Presidente do MDB do RS durante a ditadura militar e principal quadro político do PMDB no estado. Liderou a permanência de políticos ligados ao trabalhismo no partido com a redemocratização e criou uma cisão com Leonel Brizola e os adeptos do PDT.

Elaborado a partir de Grill (2008)

Ao longo da segunda metade do século XX entre todos eles nasceram rivalidades e alianças que fomentaram, pela disputa do “legado” e pela associação com os ícones “fundadores”, a propagação da memória política da “tradição”. Na chamada redemocratização do país, a identificação das redes de apoiadores de Leonel Brizola e de Pedro Simon (localizados no PDT e no PMDB), retratam igualmente as

alianças verticais e a articulação de bases sociais diversificadas. Os compromissos entre estes *egos* e seus seguidores, que administram igualmente cadeias de seguidores, evidenciaram a importância destas fidelidades pessoais para os alinhamentos políticos estabelecidos e para a reinvenção da “genealogia simbólica”.

A polarização em relação “tradição política” decorre de hostilidade e lealdades herdadas no período de atuação ainda no antigo PTB. Estes alinhamentos guardam relação também com os perfis sociais das “famílias” dos quais os agentes são originários, demonstrando uma tendência de vinculação ao PDT de grupos familiares com gênese em segmentos mais “tradicionais” ou mais “populares” e de extração mais baixa, e de ligação ao PMDB de “famílias” mais ligadas ao catolicismo e ao empreendedorismo comercial e local. Assim, há igualmente uma associação maior com Getúlio Vargas e João Goulart dos seguidores de Leonel Brizola, e com Alberto Pasqualini dos aderentes à liderança de Pedro Simon. Esta configuração de homologias se configura devido à identificação dos grupos familiares com o perfil dos ícones (e a percepção das suas qualidades e atributos neles mesmos) e com a fidelidade aos *egos* das redes, que já e posicionavam com base nesta divisão. Embora a referência aos dois fundadores seja compartilhada e valorizada pelo conjunto dos casos.

No decorrer das décadas de oitenta e noventa estes grupos familiares sedimentaram seus vínculos entre si e alguns de seus membros se deslocaram no espaço político e migraram para outras siglas, principalmente ao novo PTB criado por Sérgio Zambiasi (que foi deputado estadual e senador pelo partido). Em comum, estes políticos mais recentes possuem uma origem política familiar ligada ao antigo PTB e a opção inicial pelo PMDB centralizado por Pedro Simon no início da década de oitenta. Optaram, pois, pela inserção em uma legenda que permitiria acionar uma ponte com suas biografias familiares e pessoais, e ainda justificar os novos alinhamentos. Ver esquema que segue.

Esquema: A “genealogia trabalhista”: redes de “famílias”

Referências míticas:

Getúlio Vargas ↔ Alberto Pasqualini

Sucessores:

João Goulart ↔ Leonel Brizola

Sigfried Heuser ↔ Pedro Simon

Clivagens no interior do MDB e na reorganização partidária (PDT x PMDB) = alinhamentos/realinamentos de disputas entre “famílias” + dissidência e formação do PTB

Dois polos:

Fusão do Padrão Tradicional e Militante
+ influência do positivismo
+ uso da “imagem” de Getúlio Vargas

Padrão ligado à Imigração + influência
do catolicismo + uso da “imagem” de
Alberto Pasqualini

Elaborado a partir de Grill (2008)

A descrição das vinculações entre os personagens nestas redes que se tecem sucessivamente no interior da “tradição trabalhista”, redefinindo, inclusive, o conteúdo dos termos desta etiqueta e das suas frágeis fronteiras, os intérpretes e suas bases sociais, inseparavelmente dos rituais litúrgicos de celebração dos fundadores e de reinvenção do passado, revela, mais uma vez, esta estratégia de inscrição na história por meio da tentativa de fixar a associação pessoal e a proximidade ou semelhança entre ascendentes e

descendentes. Nesse processo são consagrados e renovados, como no caso das “famílias de políticos”, os valores e atributos que compõem os diferentes princípios de hierarquização social que condicionam a *entrada na política*, a transmissão do patrimônio e a legitimação dos “herdeiros”.

O exame desses processos de sucessão permitiu, então, compreender como, em um cenário de transformações nas formas de recrutamento e de seleção política e das linguagens e imagens valorizadas na arena eletiva, persiste uma forma de ordenação das relações sociais sustentadas sobre o modelo da “família” e do parentesco. Para tanto, contribuem a relevância dos códigos de reciprocidade e a personificação do capital simbólico. A combinação desses dois princípios estruturantes da disputa política torna eficaz eleitoralmente a demonstração de proximidade entre ascendentes e descendentes no interior das “famílias” e da “tradição trabalhista”, logo o uso do passado como trunfo eleitoral. Contudo exige, também, a recriação do carisma nos “herdeiros”, isto é, a reedição em um novo personagem e a reinvenção dos seus conteúdos. Aliado a esses condicionantes é possível destacar ainda outro que é concepção da política como mediação com três significados: 1) mediação entre passado, presente e futuro; 2) entre a parte e o todo; 3) entre domínios sociais ou dimensões da vida social. A monopolização dessas funções por algumas “famílias” ou por agentes ligados a um passado comum viabiliza a inscrição na história das “comunidades”. Portanto faz desse pertencimento à “tradição” um recurso importante de afirmação política, transforma os “herdeiros” em “porta-vozes” de identificações étnicas, religiosas, regionais, etc. e em intermediário das localidades com os demais níveis da hierarquia política e da vida social. Tais funções são disputadas por todos os agentes políticos. Todavia para eles são pensadas como “naturalmente” acessíveis, para os demais políticos e para os eleitores são vistas como uma submissão a um papel que deles se exige. Sem dúvida, constituindo um sinal de distinção não negligenciável no jogo político.

Referências

- ABÉLÈS, M. “La référence familiale”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L'héritage en Politique*. Paris: Economica, 1992.
- BOURDIEU, P. “Stratégies de reproduction et modes de domination”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. V. 105, n.º 1, 1994.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 2001.
- ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- GRILL, I. G. *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2008a.

GRILL, I. G. *Parentesco, Redes e Partido*: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LACROIX, B. "Ordre politique et ordre social: Objetivisme, objetivation et analyse politique". In: GRAWITZ, M. e LECA, J. (Dir.). *Traité de Science Politique. La Science Politique; L'Ordre Politique*. v.1. Paris. PUF, 1985.

LANDÉ, C.H. "Introduction: the dyadic basis of clientelism". In: SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.

MUXEL-DOUAIRE, A. "Une histoire exemplaire: obstinations et nouveauté dans la transmission d'une tradition politique familiale". *Pouvoirs*, n.º 42, 1987.

OFFERLÉ, M. "Entrées en Politique". *Politix*, n.º 35, 1996.

PATRIAT, C. "Perspectiva Cavalière". In : PATRIAT, Claude & PARODI, Jean Luc (orgs.) *L'Héritage en Politique*. Paris: Economica, 1992.

PHELIPPEAU, E. *L'invention de l'homme politique moderne*. Paris: Bélin, 2002.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. "Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites". In: REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. *Estudos sobre elites políticas e culturais* (V.2). Reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016.